



BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - PROCURADORIA GERAL DA JUSTICA

Anexo 12 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2020

R\$

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO (d) = (c - b)
RECEITAS CORRENTES (I)	-	-	-	-
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	-	-	-	-
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	-	-	-	-
RECEITA PATRIMONIAL	-	-	-	-
RECEITA AGROPECUÁRIA	-	-	-	-
RECEITA INDUSTRIAL	-	-	-	-
RECEITA DE SERVIÇOS	-	-	-	-
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	-	-	-	-
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL (II)	-	-	-	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	-	-	-
ALIENAÇÃO DE BENS	-	-	-	-
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	-	-	-	-
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	-	-	-	-
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	-	-	-	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)	-	-	-	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	-	-	-	-
DEFICIT (VI)			535.849.600,69	
TOTAL (VII) = (V + VI)	-	-	535.849.600,69	-



BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - PROCURADORIA GERAL DA JUSTICA

Anexo 12 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2020

R\$

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO (d) = (c - b)
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES				
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
Superavit Financeiro		-	-	
Reabertura de Créditos Adicionais		-	-	

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)



BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - PROCURADORIA GERAL DA JUSTICA
Anexo 12 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2020

R\$

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)	DESPESAS EMPENHADAS (g)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)	DESPESAS PAGAS (i)	SALDO DA DOTAÇÃO (j) = (f - g)
DESPESAS CORRENTES (VIII)	375.129.000,00	529.528.798,00	526.265.733,61	524.752.019,80	524.742.769,80	3.263.064,39
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	306.033.000,00	423.995.504,00	423.950.104,42	423.950.104,42	423.950.104,42	45.399,58
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	-	-	-	-	-	-
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	69.096.000,00	105.533.294,00	102.315.629,19	100.801.915,38	100.792.665,38	3.217.664,81
DESPESAS DE CAPITAL (IX)	3.180.000,00	9.620.250,00	9.583.867,08	3.225.595,79	3.222.808,44	36.382,92
INVESTIMENTOS	3.180.000,00	9.620.250,00	9.583.867,08	3.225.595,79	3.222.808,44	36.382,92
INVERSÕES FINANCEIRAS	-	-	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (X)	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS XI = (VIII + IX + X)	378.309.000,00	539.149.048,00	535.849.600,69	527.977.615,59	527.965.578,24	3.299.447,31
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO (XII)	-	-	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA INTERNA	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XIII) = (XI+ XII)	378.309.000,00	539.149.048,00	535.849.600,69	527.977.615,59	527.965.578,24	3.299.447,31
SUPERAVIT (XIV)	-	-	-	-	-	-
TOTAL (XV) = (XIII + XIV)	378.309.000,00	539.149.048,00	535.849.600,69	527.977.615,59	527.965.578,24	3.299.447,31
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)



BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - PROCURADORIA GERAL DA JUSTICA
Anexo 12 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2020
EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

R\$

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	INSCRITOS		LIQUIDADOS (c)	PAGOS (d)	CANCELADOS (e)	SALDO (f)=(a+b-d-e)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 (b)				
DESPESAS CORRENTES	-	3.445.839,41	3.262.652,21	3.262.652,21	183.187,20	-
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	-	-	-	-	-	-
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	-	-	-	-	-	-
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	-	3.445.839,41	3.262.652,21	3.262.652,21	183.187,20	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	5.783.168,27	3.916.348,80	3.843.983,36	201.979,85	1.737.205,06
INVESTIMENTOS	-	5.783.168,27	3.916.348,80	3.843.983,36	201.979,85	1.737.205,06
INVERSÕES FINANCEIRAS	-	-	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	9.229.007,68	7.179.001,01	7.106.635,57	385.167,05	1.737.205,06

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)



BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - PROCURADORIA GERAL DA JUSTICA
Anexo 12 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2020
EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

R\$

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	INSCRITOS		PAGOS (c)	CANCELADOS (d)	SALDO (e)=(a+b-c-d)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 (b)			
DESPESAS CORRENTES	-	9.587.981,02	9.587.981,02	-	-
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	-	8.703.890,51	8.703.890,51	-	-
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	-	-	-	-	-
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	-	884.090,51	884.090,51	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	5.955,30	5.955,30	-	-
INVESTIMENTOS	-	5.955,30	5.955,30	-	-
INVERSÕES FINANCEIRAS	-	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	-	-	-	-	-
TOTAL	-	9.593.936,32	9.593.936,32	-	-

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EXERCÍCIO 2020

INFORMAÇÕES GERAIS

Ministério Público é o órgão Estatal que tem como função principal zelar pela boa aplicação da lei, pela ordem jurídica e pelo estado democrático de direito e foi criado para defender os interesses da sociedade. Cabe-lhe, enquanto um agente de transformação a serviço da cidadania, dos interesses sociais e da democracia, tomar providências para que se cumpra a lei, por exemplo, quando um grupo de pessoas, a comunidade ou a própria sociedade se sente lesada em algum de seus direitos garantidos por lei.

O Ministério Público é uma instituição independente, e apesar de ligada ao Estado, não é vinculada a nenhum dos poderes da República, sendo dotada de ampla autonomia administrativa, funcional e financeira, exercendo parte da soberania estatal.

A Procuradoria Geral de Justiça é a unidade administrativa central do Ministério Público do Estado. É a sede funcional do Procurador-Geral de Justiça, do Corregedor-Geral, do Colégio de Procuradores de Justiça e do Conselho Superior do Ministério Público.

RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

Item	Descrição	Comentário
1	Bases de mensuração – Reconhecimento e Mensuração de Ativos .	Os ativos não financeiros/imobilizados foram ajustados tendo como base as diretrizes do Ato Regulamentar N.º 026/2019 – GPGJ que dispõe sobre os procedimentos a serem utilizados para o reconhecimento e mensuração dos ativos imobilizados, assim como para a implementação da depreciação.

1 - NOTAS AO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - BO

Item	Descrição	Comentário
1	Detalhamento das receitas e despesas	Os valores que constituem a receita são na verdade repasses realizados pelo Tesouro Estadual no valor de R\$ 537.265.690,85. A execução orçamentária, no exercício de 2020 foi de 535.849.600,69.
2	Detalhamento das despesas executadas por tipos de créditos (inicial, suplementar, especial e extraordinário)	A Lei Orçamentária Anual autorizou inicialmente recursos no valor de 378.309.000,00. No exercício, foram abertos créditos adicionais suplementares no valor de 160.840.048,00.
3	Procedimento adotado em relação aos restos a pagar .	Do total de R\$ 9.229.007,68, inscritos em restos a pagar não processado em 2020, foram liquidados até o mês de dezembro o valor de R\$ 7.179.001,01 e pagos R\$

		7.106.635,57, restando um saldo a pagar de R\$ 72.365,44. Foram inscrito em restos a pagar processado o valor de R\$ 9.593.936,32 pagos em sua totalidade no exercício de 2020.
--	--	---

2 - NOTAS AO BALANÇO PATRIMONIAL – BP

Item	Descrição	Comentário
1	Detalhamento dos Créditos de Curto Prazo.	A conta de Demais Créditos e valores a curto prazo correspondente a R\$ 3.642.182,36 refere-se a seguro garantia.
2	Detalhamento do Imobilizado.	A conta Imobilizado é constituída por bens móveis no valor de R\$ 67.376.685,79 menos sua depreciação no valor de R\$ 39.193.575,30 e por bens imóveis no valor de R\$ 170.477.250,83, incluídos seus ajustes por doação no valor de R\$ 220.522,64. A depreciação de imóveis totalizou R\$ 1.550.890,87.
3	Detalhamento das Demais Obrigações a Curto Prazo.	A conta demais obrigações a curto prazo é constituída por valores referentes a seguro garantia de R\$ 3.642.182,36 e consignação em folha a pagar no valor de R\$ 1.246,89.

3 - NOTAS À DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS – DVP

Item	Descrição	Comentário
1	VPA - Transferências e Delegações Recebidas.	Transferências Intragovernamentais constituem valores repassados pelo Tesouro Estadual no valor de R\$ 537.265.690,85, transferência de bem imóveis do Fundo Especial do Ministério Público do Estado do Maranhão no valor de R\$ 1.693.525,83, transferência entre contas da mesma unidade gestora no valor de R\$ 350.000,00 00 e valores referente a estornos de R\$ 189.585,00. Transferências da Instituições Multigovernamentais constituem valores de doações recebidas de bens imóveis de R\$ 220.522,64. Valorização e ganhos com Ativos constituem valores de doações recebidas de bens móveis de R\$ 6.009,13. Outras Variações Aumentativas constituem valores estornados de R\$ 124.676,66.
2	VPD - Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo.	O valor constante na conta uso de material de consumo é resultante, também, de despesas concedidas por meio de suprimentos de fundos.

São Luís, 23 de março de 2021.